

O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NO BREJO PARAIBANO: UMA ANÁLISE SOBRE O ESPAÇO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

José Pereira Junior¹
José Gustavo França de Medeiros²
Eduarda Luna dos Santos³
Leandro Paiva do Monte Rodrigues⁴

RESUMO

O espaço agrário do Brasil ainda mantém conflitos existentes que refletem os resultados desde a sua colonização até os dias atuais, seja por terras ou para se manter na terra, estes processos resultam na possibilidade da Reforma Agrária. Este artigo objetiva analisar a constituição dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brejo paraibano. Os procedimentos metodológicos da pesquisa são baseados em levantamentos bibliográficos temática abordada, consulta a base de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Dessa forma, a compreensão desses dados possibilitou reconhecer a partir da ótica da quantidade de assentados e da área ocupada a importância dessa política pública voltadas para realidade local das famílias assentadas. O Brejo paraibano é formado por oito municípios, onde foram constituídos 43 projetos de assentamentos de Reforma Agrária, estes cumprem importante função na produção de alimentos, no povoamento do campo e na diminuição das desigualdades sociais. Todavia, o campo brasileiro ainda está muito concentrado e desigual, porém os assentamentos se constituem como espaço de resistências.

Palavras-chave: Brejo Paraibano, Assentamentos Rurais, Questão Agrária, Famílias Assentadas.

INTRODUÇÃO

Conhecer e pesquisar sobre a formação de assentamentos rurais é contituir pontes com toda dinâmica da reforma agrária brasileira em diferentes períodos de sua história, proporcionando uma experiência muito enriquecedora. É um fato que vem trazendo perspectiva à maioria dos pesquisadores interessados nos temas que se relacionam com essas questões. O espaço agrário do Brasil ainda mantém vários conflitos existentes que refletem os resultados desde a sua colonização até os dias atuais, seja por terras ou para se manter na terra.

Com este artigo objetivamos analisar a questão agrária brasileira e a formação dos assentamentos rurais no Brejo Paraibano. Esta pesquisa faz parte do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual da Paraíba (PIBIC/UEPB) na cota 2019-2020. E do projeto

¹ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - CH., juniorpereira.geo@gmail.com;

² Graduando do Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - CH, josegustavofranca@gmail.com;

³ Graduanda em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - CH, eduardaluna29@gmail.com;

⁴ Prof. Doutor do Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - CH, leandropaiva07@gmail.com

do Edital - SEIRHMACT/FAPESQ/PB – INFRAESTRUTURA/UEPB” intitulado: “Territórios da Borborema: Estudo integrado da paisagem e suas relações funcionais como subsídio ao planejamento e gestão ambiental na Microrregião do Brejo Paraibano”.

A escolha da área seu deu principalmente pelo fato do Brejo Paraibano⁵ ser uma área de conflito entre o trabalho e o latifúndio monocultor (canavieiro e bovino), que muitos conflitos passados geraram assentamentos da Reforma Agrária.

Considera-se enquanto a área de estudo a Região do Brejo Paraibano, formado por oito municípios, a saber: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Matinhas, Pilões e Serraria. O trabalho ora apresentado está estrutura em quatro parte, a primeira é esta introdução; a segunda demonstra-se o percurso metodologia percorrido para a elaboração do artigo; no último item faz-se uma análise de dados disponíveis sobre os assentamento de reforma agraria no Brejo Paraibano.

METODOLOGIA

Em relação aos procedimentos metodológicos da pesquisa, estes consistem em todas as etapas e técnicas utilizadas pelo pesquisador para o desenvolvimento de uma determinada investigação. E, para este trabalho, foram realizados os seguintes procedimentos e técnicas de pesquisa:

Levantamento bibliográfico: Foi realizado um levantamento bibliográfico seguido de leitura de obras e artigos que envolve a tema de reforma agrária. O levantamento bibliográfico permitiu a estruturação de um banco de dados bibliográficos referente à temática trabalhada, sobre a geografia agrária, capacidade total e ocupação dos assentamentos e outras temáticas relacionadas.

Nesta pesquisa analisou a Reforma Agrária no Brejo Paraibano e quais foram os impactos da criação destes assentamentos nos municípios, no que se refere-se a população assentada e a área ocupada nos municípios. Para tanto, se faz um planejamento para a realização da pesquisa, uma vez que envolve um expressivo número de municípios, os dados analisados foram da Tabela “Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação” de 2017 disponibilizado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

⁵ Mesmo com a nova delimitação das regiões elaboradas pelo IBGE (2017) optou-se por utilizar o termo Brejo Paraibano enquanto região, uma vez que valoriza-se a identidade cultura e o meio ambiente.

Com a sistematiza dos dados, fez-se uma análise pautada na representatividade da população assentada em relação a população rural dos municípios objetos de pesquisa. Somando, foram realizadas análise da representação espacial da área dos municípios em relação a área dos assentamentos para saber qual é a proporcionalidade de áreas ocupadas com a reforma agrária.

Salienta-se que esta pesquisa está em fase inicial, assim, ainda não se conseguir chegar a resultados mais complexos, todavia, considera-se que a apresentação deste dados é um resultado inicial fruto da pesquisa.

FORMAÇÃO DO BREJO

O interesse pelo a região do Brejo Paraibano vem pelo seu processo histórico de formação territorial, que possibilitou desenvolver nesta região um território diferenciado da Zona da Mata e do Sertão, mas subordinado a mesma lógica de uso. O Brejo paraibano é formado atualmente por oito municípios: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Matinhas, Pilões e Serraria.

O processo inicial de ocupação do território pelo colonizador só ocorreu no século XVII. Na porção ocidental da região, onde se situa a escarpa a sotavento do planalto da Borborema, ele se deu de forma subpermanente, uma vez que os habitantes das fazendas da caatinga deslocavam-se até o Brejo para plantar e colher produtos da agricultura, permanecendo, porém na sua região de origem (ANDRADE, 2005; MOREIRA; TARGINO, 1997).

O processo de formação territorial do Brejo Paraibano, como demonstra Moreira e Targino (1997) foi tardio em relação às demais regiões do Estado da Paraíba, uma vez que no período colonial as principais mercadorias se encontravam na Zona da Mata com a produção da cana-de-açúcar e no Sertão com a pecuária bovina. O Brejo vai desempenhar um papel importante como ponto de integração entre a Zona da Mata no Litoral e o Sertão uma vez que a partir do século XVII ele serviu como ponto de pouso de vaqueiros que faziam a travessia litoral-sertão. Estes pontos de pousio deram origem a feiras de gado que por sua vez propiciou o surgimento de núcleos de povoamento.

Até a década de 1960 o espaço agrário do Brejo paraibano foi marcado por ciclos econômicos que tiveram como suporte a expansão ou o recuo de algumas monoculturas, como: o algodão nas primeiras décadas do século XIX; o café em fins do século XIX até início do século XX; o sisal (agave) a partir de 1940 até fins de 1960. A produção da cana-de-açúcar

esteve presente nas combinações agrícolas regionais ora como atividade dominante, ora como atividade secundária, desde o período colonial aos dias atuais (MOREIRA; TARGINO, 1997).

O espaço agrário brasileiro, paraibano e, por rebatimento, o do Brejo paraibano passaram por profundas modificações a partir de 1970, em decorrência do processo de modernização da agricultura, implantado pelo governo autoritário brasileiro, conhecido como “modernização conservadora” (MOREIRA; TARGINO 1997).

O processo de integração técnica-agricultura-indústria, causaram um “aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo, em processo fortemente subvencionado pela política agrícola e comercial do período” (DELGADO, 2001, p.164). Para o autor a modernização da agricultura integrada ao sistema capitalista contou com duas mudanças: uma na base técnica de produção, através da intensificação da utilização de fertilizantes, corretivos de solos e máquinas (a exemplo de tratores, colhedoras) e outra através da integração da produção de alimentos e matérias-primas a vários ramos industriais.

A modernização agrícola é uma marca do meio técnico-científico-informacional, pois este segue as características do período que se exprime com “o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informação, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p.118).

O processo de modernização do campo acarretou a expulsão-expropriação de uma massa de trabalhadores rurais que inchou as cidades. Muitos desses trabalhadores tornaram-se assalariados como demonstra Moreira e Targino (1997). O período de apogeu do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) 1975 -1986 coincidiu também com a expansão da pecuária no Brejo Paraibano. Na verdade, a atividade pecuária foi outro setor privilegiado pela política de crédito agrícola dos governos militares no bojo da modernização da agricultura.

A paisagem do Brejo foi dominada pelo verde e a fronteira da cana coincidia com a fronteira do pasto plantado. A agricultura alimentar sofreu importante recuo (MOREIRA; TARGINO, 1997). Como resultado desse processo, assistiu-se a expulsão-expropriação dos camponeses, a intensificação do trabalho assalariado, o aumento da exploração do trabalho no campo e o acirramento da luta por terra e por melhores condições de trabalho e salário. A luta sindical se fortalece no Brejo e culmina, em 1983, com o assassinato da mais importante líder sindical da região, a presidente do sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves.

A crise do PROALCOOL que levou a falência de todas as usinas e destilarias da região coincidiu com a retração da atividade pecuária motivada tanto pela redução do crédito como pela repetição de períodos secos. O desmantelamento da atividade sucro-alcooleira e a retração da pecuária foram responsáveis pelo agravamento do desemprego no Brejo. Uma opção do ponto de vista agrícola foi à intensificação na fruticultura e da agricultura tradicional de base familiar (RODRIGUES, 2012).

Nesse momento, diante do desemprego e da crise de acumulação da atividade canvieira e pecuária, segundo Moreira e Targino (1997) destaca-se a ação da Diocese de Guarabira e de alguns Sindicatos do Brejo que possibilitaram a organização dos trabalhadores em torno da luta por terra, que resultou na desapropriação de diversas propriedades e na construção de novas territorialidades representadas pelos 43 Projetos de Assentamento pelo INCRA (SILVA, 2011; RODRIGUES, 2012).

A partir do ano de 2000 verifica-se no plano político regional, o retorno de antigas oligarquias que vêm articulando o poder local aos setores empresariais e do turismo, que resultou em mudanças significativas no espaço dos principais municípios do Brejo, a saber: Areia e Bananeiras (CABRAL, 2016). Um novo nicho de mercado, baseado no turismo de inverno vai se expandir pelo campo, transformando a paisagem, as relações de trabalho e a própria malha agrícola dos municípios, originando outra territorialidade.

Inicialmente com grandes investimentos públicos e depois com investimentos privados os municípios despontaram no cenário do turismo rural e cultural, trazendo significativas mudanças para o território como afirma Cruz (2003, p.25) “o turismo é capaz de reorganizar sociedade inteiras para que ele possa acontecer”, essas novas territorialidades se relacionando com o espaço da produção agrícola que nos inquietam a pesquisar sobre quais são os mediadores dessas relações que formam o território (RAFFESTIN, 2010).

Para entender o uso do território, Saquet (2011, p. 77) aponta que é necessário compreender as territorialidades e as temporalidades, para o autor “tantos as territorialidades como as temporalidades são históricas e relacionais/coexistentes”, assim, o autor compreende a territorialidade em quatro níveis: a) relações sociais; b) a apropriação do espaço geográfico, concreta e simbolicamente; c) as intencionalidades; e, d) práticas espaço-temporais (SAQUET, 2011).

Desta feita, quando nos propomos a estudar a estruturação dos assentamentos da reforma agrária e a produção agrícola do Brejo Paraibano, entendemos que estes espaços são constituídos por uma miscelânea de ações que o modificaram e o modificam continuamente

originando territorialidades diferenciadas, pois os sujeitos têm interesses diferentes e até mesmo antagônicos (HAESBAERT, 2007).

Algumas observações já realizadas em trabalhos anteriores (RODRIGUES; MARIANO NETO; FREIRE, 2009) demonstram que as modificações iniciais ocorridas no Brejo paraibano foram com a inserção de investimentos do Estado, através do SEBRAE em um projeto de Turismo. A partir de 2003 são estabelecidos roteiros de turismo, sendo o principal evento da região “Os Caminhos do Frio – Rota Cultural” criado em 2006. Atualmente estes roteiros são organizados pelo Fórum Regional de Turismo Sustentável do Brejo, instância de governança aos moldes do solicitado pelo Ministério do Turismo (SILVESTRE, 2014).

Com estes investimentos houve uma valorização do espaço no Brejo paraibano, ocasionando um interesse do setor imobiliário que passa a investir na construção de chácaras, de condomínios fechados de moradias de inverno, como demonstra o estudo monográfico de Barros (2009), ocorrendo o que Costa (2010, p.20) vai chamar de “ultravalorização econômica dos lugares turísticos”, o que impossibilita dos moradores do próprio local viverem na própria região, devido a forte pressão exercida por grupos econômicos sobre os pequenos proprietários, bem como o elevado preço de terrenos urbanos e de casas, assim demonstram alguns estudos monográficos sobre o município de Bananeiras, que compõe o Brejo Paraibano. (RAMIRO, 2012; SILVESTRE, 2011).

Todos esses elementos que motivam a pesquisa se encontram de modo entrelaçados, formando um território com diversas territorialidades dentro do espaço do Brejo. São territórios em disputa que adquirem novas formas. Assim cabe a compreensão deste fenômeno e sua representação por meio de uma cartografia do espaço agrário do Brejo, possibilitando o entendimento de como isso se desenha no espaço e como influência as diferentes escalas, tanto a nível municipal e regional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender a Reforma Agrária no Brejo Paraibano, foi necessário a compreensão histórica, feita sinteticamente acima e analisar os dados do INCRA (2017), sobre os assentamentos localizados nos municípios da região do Brejo Paraibano-PB, observou-se os seguintes dados (tabela 01).

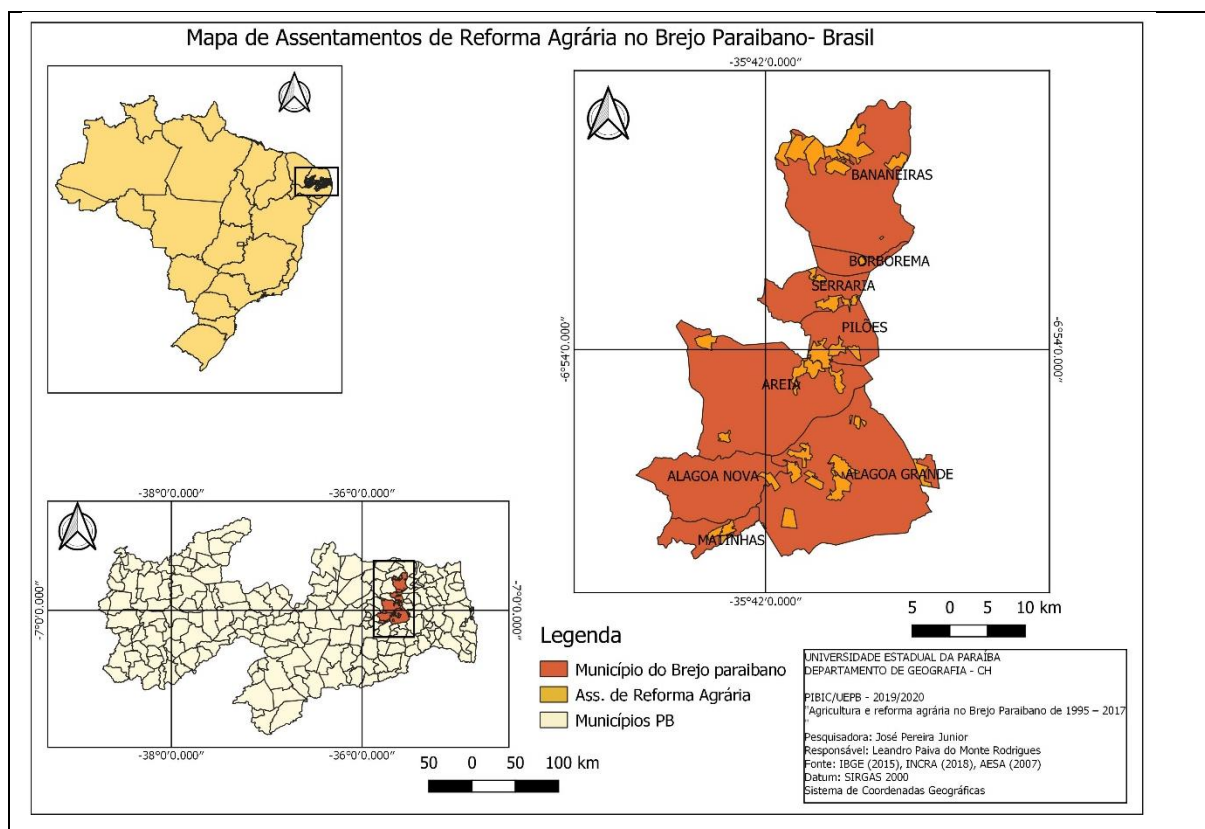
Tabela1: Quantidade de assentamentos rurais no Brejo Paraibano

Assentamentos Rurais nos Municípios da Microrregião do Brejo Paraibano - PB (2017)				
Municípios	Quantidade de Assentamentos	Capacidade (nº de famílias)	Famílias Assentadas	Área (km²)
Alagoa Grande	13	529	518	51.6
Alagoa Nova	2	89	74	6.2
Areia	6	231	226	19
Bananeiras	12	443	423	64
Borborema	0	0	0	0
Matinhas	2	78	78	13
Pilões	6	233	233	27
Serraria	2	85	85	9.9
TOTAL	43	1.668	1.637	190.7

Fonte: INCRA (2017)

A partir da tabela 1, nos possibilita já inferir algumas análises por meio dos resultados encontrados que demonstram que a região Brejo Paraibano, com seus 8 municípios, juntos eles possuem 43 assentamentos, com capacidade para 1.668 famílias, onde 1.637 estão assentadas. Considerando uma média de 4 pessoas por famílias, seria cerca de 6.548 pessoas que vivem nesses assentamentos, um importante quantitativo de moradores da zona rural, principalmente neste momento que existe uma efetiva saída da população do campo. Esse grande número de assentamento em uma área pequena, se dá principalmente com os conflitos existente pela terra, uma vez que as grandes propriedade utilizam o sistema morador como sistema de trabalho, assim, muitos agricultores, antes de serem assentados já vivam nas propriedades, que posteriormente foram alvo de conflitos. Cabe salientar que apenas Borborema não registra nenhum assentamento (figura 1)

Figura 1: Mapa de Assentamentos de Reforma Agrária no Brejo Paraibano



Fonte: IBGE (2015); INCRA (2018)

O município de Alagoa Grande, possui em seu território 13 assentamentos da Reforma Agrária. Com uma população em 2010 de 28.479 habitantes, desse número, 10.948 pessoas residem na zona rural, totalizando 38,44 % da população. Do total das pessoas que vivem no campo, cerca de 2.072 são pessoas assentadas, o que represente 19% da população rural. (PNUD, IPEA e FJP,2019; INCRA,2017). Em relação a área o referido município tem 320,6 km², assim os assentamentos da reforma agrária representam 16,09% da área municipal.

Já o município de Alagoa Nova, possui em seu território 2 assentamentos da Reforma Agrária. Com uma população em 2010 de 19.681 habitantes, desse número, 9.887 pessoas residem na zona rural, totalizando 50,24 % da população. Do numero total de pessoas que vivem no campo, cerca de 296 são pessoas assentadas, que representa um percentual de 3,0% dos moradores do campo. (PNUD, IPEA e FJP,2019; INCRA,2017). Em relação a área ocupada pelos assentamentos rurais no município representa 5, 06% do total de 122,3 km².

O município de Areia, possui em seu território 6 assentamentos da Reforma Agrária. Com uma população em 2010 de 23.829 habitantes no município, desse número, 9.231 pessoas residem na zona rural, totalizando 38,74 % da população. Do total de pessoas que vivem no

campo, cerca de 904 são pessoas assentadas, que representa 3,8% dos moradores da zona rural. (PNUD, IPEA e FJP, 2019; INCRA,2017). A área ocupadas pelos assentamentos representa 7,1% do total de 266,6 km².

Com 12 assentamentos da Reforma Agrária, o município de Bananeiras, possuía uma população 21.851 habitantes em 2010, desse número, 13.183 pessoas residem na zona rural, totalizando 60,3 % da população. Do Total de pessoas que vivem no campo, cerca de 1.692 são pessoas assentadas, que representa um pouco mais de 12,8% dos moradores do campo. (PNUD, Ipea e FJP,2019; INCRA,2017). Os assentamento da reforma agrária ocupam 64 km², o que representa 24,8% do total da área do município que é de 258 km².

Outro município é o de Borborema, é o único da lista que não possui em seu território assentamentos da Reforma Agrária. Com uma população em 2010 de 5.111 habitantes, desse número, 1.379 pessoas residem na zona rural, totalizando 26,98 % da população. (PNUD, IPEA e FJP,2019; INCRA,2017).

O município de Matinhas, possui em seu território 2 assentamentos da Reforma Agrária, com uma população 4.321 habitantes em 2010, desse número, 3.639 pessoas residem na zona rural, totalizando 84,22 % da população. Dessas 3.639 pessoas que vivem no campo, cerca de 312 são pessoas assentadas, o que representa pouco mais de 8,6%. (PNUD, Ipea e FJP,2019; INCRA,2017). Em relação a área ocupada pelos assentamento da reforma agrária, representa 34,2% da área municipal que é de 38,12 km².

Com 6 assentamentos da Reforma Agrária no território municipal de Pilões, que em 2010 tinha uma população 6.978 habitantes, desse número, 3.646 pessoas residem na zona rural, totalizando 52,25 % da população. Do total de pessoas que vivem no campo, cerca de 932 são pessoas assentadas, que representa 25,6% da população rural. (PNUD, Ipea e FJP,2019; INCRA,2017). A área ocupada pela reforma agrária no município representa 41,89% do total de 64,44km² .

Já o município de Serraria, possui em seu território 2 assentamentos da Reforma Agrária. Com uma população 6.238 habitantes em 2010, desse número, 2.771 pessoas residem na zona rural, totalizando 44,42 % da população. Do total pessoas que vivem no campo, cerca de 340 são pessoas assentadas, isso equivale a 12,26% da população do campo. (PNUD, Ipea e FJP,2019; INCRA,2017). A área ocupada por assentamento da reforma agrária representa 13,13% do total da área do município que é de 75,39 km².

Os municípios citados acima, possuem um número considerável de assentamentos da reforma agrária, assim, tornando-se merecedores de atenção do poder público local,devido a

área, quantidade, capacidade e número de famílias assentadas. Os resultados analisados mostram que os assentamentos tem uma importância para as pessoas que lá residem nessas áreas como nas cidades, uma vez que os assentados na sua maior parte são agricultores que produzem alimentos, que em muitos casos são comercializados nas feiras locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma agrária é uma ação importante para uma maior efetivação na distribuição da terra e a redução das desigualdades sociais, principalmente no campo. Mas esse assunto é uma temática que gera muitas polêmicas, haja vista a grande polarização entre as pessoas que defendem e aqueles contrários a sua implementação.

Todos esses elementos que motivam o artigo se encontram de modo entrelaçados, formando um território com diversas transformações dentro do espaço do Brejo. São territórios em disputa que adquirem novas formas. Assim cabe a compreensão deste espaço agrário do Brejo, possibilitando o entendimento de como influencia as diferentes escalas, tanto a nível municipal e estadual.

É importante salientar que a maioria dos assentamentos possuem uma quantidade considerável de pessoas que vivem no campo dos municípios pesquisados, assim também é importante refletir na existência de serviços como educação, saúde que possam atender a essa população. Chama a atenção a ocupação de vasta área do município de Pilões com a reforma agrária. Certamente isso foi fruto do desmantelamento da Usina Santa Maria e do conflito gerado com os seus trabalhadores.

Por tudo isso, a importância da reforma agrária é decisiva porque permite e consolida a estabilidade econômica de um município ou estado. Nenhum município poderá ser próspero enquanto o trabalhador rural estiver na miséria socioeconômica. Daí a necessidade de políticas públicas que favoreçam estes trabalhadores. A manutenção dos assentamentos da reforma agrária é um dos fatores responsáveis pelos critérios de fortalecimento dessa função social da terra na zona rural desses municípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005, 334p.

BARROS, Marina Carla Cassimiro. **Fatores determinantes do investimento imobiliário e perspectivas socioeconômicas: Estudo de caso no município de Bananeiras –PB**. 2009. 68 f. Monografia (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras/PB, 2009.

COSTA. Everaldo B. **A Concretude do fenômeno turismo e as Cidades-Patrimônio Mercadoria – Uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010, 184 p.

DELGADO, Guilherme c.. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: em estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados** [on line]. 2001, vol. 15, n.43, p. 157-172. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/revista/> , acessado em 13 de mar. de 2011.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói/RJ. Ano. IX, Nº 17, 2007, p 19 -45. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/index> . Acesso em 10 de set. 2012.

MOREIRA, E. Processo de Ocupação do Espaço Agrário Paraibano. **Textos UFPB/ NDIHR**, Nº 24 set/1990. Disponível em http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html. Acesso em 02/02/2011.

MOREIRA, E.R. F.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1997, 332p.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/> Acesso em: 24 out. 2019.

RAFFESTIN, Claude. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, Sílvia Regina et al. **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.12 – 24.

RAMIRO Maria Roméria Rocha . **Condomínios residenciais e sua influência na dinâmica socioeconômica de Bananeiras/PB**. 2012. 37f. Artigo de Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira/ PB, 2012.

RODRIGUES, Leandro P. M. **A formação territorial do Brejo paraibano e a luta pela terra: o caso do assentamento Nossa Senhora de Fátima**. 2012. 211f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/ PB, 2012.

RODRIGUES, Leandro Paiva do M; MARIANO NETO, Belarmino; FREIRE, Cleityane S. Do doce da Rapadura aos novos desenhos do Brejo Paraibano. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. **Anais Eletrônico....** São Paulo, 2009, pp.1-20. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Rodrigues_LPM.pdf. Acesso em 10 de mai de 2010.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São. Paulo: Editora Record, 2008, 474p.

SAQUET, Marcos A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, 128p.

SILVA, Manuel Vieira da. **Do Sítio Cabloco ao Assentamento Nossa Senhora das Graças: Território de exploração versus território de esperança.** 2011, 144f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2011.

SILVESTRE, Sérgerson. **A governança regional e o processo de desenvolvimento turístico no Brejo Paraibano.** 2014, 108f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande/PB, 2014.